



## LICENÇA DE PUBLICIDADE

<b>Nº do documento</b> LPP000207/2020	<b>Data de Emissão</b> 02/01/2020	<b>Data de Validade</b> 31/12/2024
<b>Dados da responsável pela(s) publicidade(s)</b>		
<b>Concedido a</b> IFP PROMOTORIA DE SERVICOS DE CONSULTORIA E CADASTRO LTDA	<b>CNPJ/CPF</b> 02.759.908/0007-02	
<b>Endereço</b> RUA MAJOR FACUNDO Nº981 LOJA D CENTRO		
<b>Dados do local de instalação da(s) publicidade(s)</b>		
<b>Inscrição IPTU</b> 8587787	<b>Endereço (Conforme IPTU indicado)</b> RUA MAJOR FACUNDO Nº981 LOJA D CENTRO	
<b>Dados do(s) anúncio(s)</b>		
<b>Fachada 1</b> - RUA MAJOR FACUNDO INDICATIVO - Letreiro (1.75 m²)		
<b>Responsável Legal</b>		
<b>CPF</b> 154.174.598-10	<b>Nome do Responsável</b> SALIM DAYAN	
<b>Observações</b>		
01. Requerente desta Licença (pessoa que preencheu os dados no Fortaleza Online): SALIM DAYAN / 154.174.598-10;		
02. Esta licença refere-se às questões de ordenamento da paisagem e controle da poluição visual, tendo sido emitida com base nas informações prestadas no Sistema Fortaleza Online, conforme Lei Complementar nº 270/2019 (Código da Cidade).		
03. O empreendimento ficará passível de fiscalização e monitoramento pelo Órgão competente.		
04. Esta Licença de Publicidade possui validade de 5 anos, devendo ser renovada por igual período.		

<b>CONDICIONANTES</b>
ESTA LICENÇA NÃO EXIME O ESTABELECIMENTO DE POSSUIR ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO, BEM COMO OUTRAS LICENÇAS E AUTORIZAÇÕES NECESSÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DA ATIVIDADE.
Fica proibida a instalação de anúncios, nos termos do Art. 121 ao Art. 124 da Lei nº 270/2019 (Código da Cidade) nas seguintes situações:
I – nas árvores de qualquer porte, admitindo-se, no entanto, sua veiculação nos protetores de mudas, que atendam às condições previstas no Código da Cidade;
II – nas pistas de rolamento dos logradouros públicos;
III – acoplados a semáforos ou em locais em que prejudiquem, de qualquer maneira, a sinalização do trânsito ou outra destinada à orientação pública ou que causem;
IV – quando, pela sua natureza, provoquem aglomerações prejudiciais ao trânsito público;
V – em viadutos, túneis, pontes e semelhantes, ainda que de domínio estadual ou federal, salvo quando autorizado pelo órgão competente;
VI – a menos de 5,00m (cinco metros) da interseção dos alinhamentos nas esquinas, com exceção dos letreiros não luminosos, instalados na fachada;
VII – nos locais em que prejudiquem direitos de terceiros;
VIII – em áreas de preservação ambiental;
IX – nas fachadas de edifícios públicos ou mesmo no terreno onde se localizem;



- X – em embarcações motorizadas ou não, em boias, equipamentos infláveis flutuantes ou não, aviões, dirigíveis ou por eles conduzidos, com as exceções previstas no
- XI – quando obstruam as faixas de passagem de pedestre;
- XII – através de volantes ou folhetos lançados em logradouros públicos;
- XIII – que apresentem apelo sexual, sejam ofensivos à moral, aos bons costumes, às pessoas, crenças e instituições;
- XIV – quando possuírem incorreções de linguagem, exceto quando estas se encontrem devidamente destacadas e tenham o propósito de chamar a atenção do público
- XV – com dispositivo luminoso de luz intermitente, pisca-pisca ou jogo de luzes;
- XVI – em marquise de qualquer natureza, que se projete sobre o passeio;
- XVII – em toldos de qualquer natureza;
- XVIII – no exterior da edificação, a pintura, a colocação de banners, faixas ou similares visando chamar a atenção da população para ofertas, produtos ou informações,
- XIX – animados através de projeções, de painéis eletrônicos ou veiculados por sistemas eletrônicos, em terrenos edificados, em fachadas de edificações, salvo no caso de
- XX – nas coberturas das edificações, em torres, caixas-d'água e chaminés;
- XXI – que se utilizem de objetos volumétricos que representem ou simbolizem a atividade exercida no local tais como: bonecos, mascotes e similares, instalados na
- XXII – nas vias paisagísticas, faixas de praias e em áreas de interesse ambiental, quer seja em imóvel edificado ou não;
- XXIII – a uma distância igual ou inferior a 15,00m (quinze metros) de pontes, viadutos, túneis, faixas de domínios de rodovias e vias férreas bem como seus acessos;
- XXIV – em bens e monumentos tombados ou inventariados pelo Município, Estado ou União, bem como quando prejudiquem a sua visibilidade e ambiência, nos termos da
- XXV – que se refiram ou promovam atividade econômica que incorra em obtenção de vantagens financeiras da prostituição alheia.
- Devem ainda obedecer aos critérios de instalação constantes no Art. 126 da Lei nº 270/2019 (Código da Cidade), em especial:
- I – não prejudicar por qualquer forma a circulação, insolação ou ventilação da edificação em que estiver instalado ou a dos imóveis edificados vizinhos;
- II – a projeção ortogonal do anúncio sobre a fachada onde se situa deve estar totalmente contida dentro dos limites desta;
- III – oferecer condições de segurança ao público, em especial: a) ser mantido em bom estado de conservação, no que tange à estabilidade, resistência dos materiais e ao aspecto visual; b) receber tratamento final adequado em todas as suas superfícies, inclusive na sua estrutura, ainda que não utilizada para anunciar; c) atender às normas
- IV – não prejudicar a visualização de sinalização de trânsito ou outro sinal de comunicação institucional destinado à orientação do público, bem como a numeração
- V – quando, com dispositivo luminoso, não produzir ofuscamento ou causar insegurança ao trânsito de veículos e pedestres e edificações vizinhas;
- VI – não apresentar conjunto de formas e cores que se confundam com as convencionadas internacionalmente para as diferentes categorias de sinalização de trânsito,
- VII – não apresentar quadros superpostos, ou seja, um anúncio sobre o outro;
- VIII – os anúncios instalados em muro, gradil ou outro elemento de vedação do imóvel, quando avançarem sobre a calçada, deverão estar a pelo menos 2,20 m de altura
- IX – em caso de anúncios instalados em canteiro de obra, estes deverão fazer referência exclusivamente ao empreendimento a ser construído no local;

#### **DECRETO LEI 2848/40 – CÓDIGO PENAL**

**Art. 171** – Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento:

**PENA** – Reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa.

**Art. 299** – Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

**PENA** – Reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa, se o documento é

